

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : 0 ESP

CLASS. : 242

DATA : 18 08 87

PG. : 5

Funai discute com PF denúncias do "Estado"

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, reúne-se esta semana com representantes da Polícia Federal e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para conhecer os levantamentos desses órgãos sobre as denúncias publicadas pelo Estado na última semana, envolvendo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a exploração mineral nas fronteiras do País. Segundo Jucá Filho, paralelamente a esse trabalho a Funai recomendou aos superintendentes regionais atenção especial às comunidades indígenas sob sua responsabilidade, para resguardá-las em sua integridade, dar segurança pessoal às tribos e aos seus territórios. Os dados que Jucá obteve junto à PF e DNPM serão levados ao ministro João Alves, do Interior, para que ele tome as providências.

ILHAS

Ao falar em "nações indígenas" e garantir a estas ensino ministrado em seu próprio idioma e usufruto exclusivo das riquezas minerais do solo e do subsolo (artigos 375, 385, 425 e seguintes), o anteprojeto Bernardo Cabral cria "verdadeiras ilhas" que, em futuro não muito distante, resultarão no fracionamento do território nacional. A conclusão é de um estu-

do realizado por ex-funcionários da Funai sobre os direitos dos indígenas na nova Constituição.

O trabalho, enviado a diversos constituintes, afirma que as "áreas indígenas", algumas com dimensão superior a muitos países, são delimitadas sem qualquer critério. Existem áreas, como a dos Ianomânis, com superfície de quase 90 mil quilômetros quadrados onde, além dos poucos índios, existem apenas representantes de entidades estrangeiras — hoje interessadas em pesquisas de todo tipo e na sua ocupação futura —, comenta o estudo.

Referindo-se ao artigo 375 do anteprojeto ("o ensino, em qualquer nível, será ministrado no idioma nacional, assegurado às nações indígenas também o emprego de suas línguas e processo de aprendizagem"), o estudo sugere a introdução de uma emenda especificando que a "língua nacional" é o português, ao mesmo tempo em que seriam eliminadas as referências às "nações indígenas". "Ao Estado cabe o ensino público e ele tem o dever de manter a uniformidade da língua nacional, a língua portuguesa, em todos os segmentos da não brasileira", prossegue o texto dos ex-funcionários da Funai, acrescentando não haver sentido na distinção de pequenos grupos, "salvo algum objetivo oculto de se criarem dialetos no território brasileiro".